

UMA ANÁLISE DE CONTEXTOS DE OCORRÊNCIA DE *PODER* EM TEXTOS INTERATIVOS

Cibele Naidhig de SOUZA¹

RESUMO: Em uma perspectiva funcionalista, o trabalho estuda contextos de uso do verbo modal *poder*. Entende-se que a diversidade semântica dos modais é resultante da interação do verbo com diversos elementos em seus contextos de ocorrência, e se busca verificar fatores intervenientes na composição de diferentes valores modais. Com base na proposta de classificação das modalidades de Hengeveld (2004), em que se cruzam duas variáveis, o domínio (facultativo, deôntico, volitivo, epistêmico e evidencial) e o alvo da avaliação modal (orientado para o participante, orientado para o evento e orientado para a proposição), examinam-se textos puramente interativos, de fala (inquéritos D2 do NURC) e de escrita (peças teatrais), do português brasileiro contemporâneo, provenientes de três regiões – São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste (Salvador e Recife). A análise de aspectos semânticos (tipo de predicado, controle sobre a predicação e agentividade) e formais (flexões morfológicas do modal e tipo frasal) revela tendências, padrões de comportamento linguístico nos diferentes valores modais identificados para *poder*.

PALAVRAS-CHAVE: Modalidade. Verbo modal. *Poder*. Funcionalismo.

¹Pós-doutoranda no Departamento de Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Unesp, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. *E-mail:* cibelenasouza@gmail.com

Introdução²

A conhecida polissemia dos verbos modais tem intrigado estudiosos em diversas línguas. No português, eles são altamente polissêmicos, pois são em número mais reduzido do que em outras línguas, conforme destacou Neves (2000b), entre outros autores.

Considere-se o verbo modal *poder*, em foco neste artigo, encontrado em usos habilitativos como em (1), deônticos (permissão) como em (2), epistêmicos (possibilidade) como em (3).

- (1) L2 - *então em princípio eu era uma pessoa normal que **podia** ter um filho normal que era o ideal...então...eu fui pra maternidade com contração mas não teve jeito dele nascer né?* (NURC REC D2 279) ³
- (2) João Grilo – ***Posso** gastar o que quiser?/ Padeiro – **Pode**.* (AC)
- (3) *Esperança por esperança, a gente espera aqui mesmo que é a terra da gente. E depois, **pode** ser que chova.* (GE)

Diferentes interpretações de *poder* são familiares aos falantes e, interessantemente, apesar da polissemia, problemas de ambiguidade dificilmente ocorrem.

Nota-se que, em cada interpretação modal, há o predomínio de algumas variáveis que envolvem aspectos como a agentividade dos sujeitos e a semântica do predicado. Estudiosos como Silva-Corvalán (1995) e Klinge (1996) postulam que é a combinação dessas variáveis que contribui para a

² O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

³ As siglas entre parênteses identificam o texto de onde as ocorrências foram extraídas. O enunciado (1) é retirado do projeto NURC, entre parênteses indicam-se a cidade (REC, Recife), o tipo de inquérito (D2) e o número do inquérito (279). O enunciado (2) é do *corpus* de língua escrita e as letras entre parênteses indicam uma abreviatura do nome da obra, como foi dado no banco de dados do Laboratório de Lexicografia da Unesp, FCL, Araraquara. Ao final do artigo, encontra-se uma lista com indicações das obras de escrita citadas ao longo do texto.

determinação de significados de verbos modais. Assume-se que os diferentes significados dos verbos modais não estão codificados em sua semântica, mas são resultantes da interação do modal com variados elementos do discurso.

Interessa a este artigo⁴ verificar variáveis nos contextos de ocorrência do verbo modal *poder*, em dados do português contemporâneo, identificando tendências, padrões de comportamento linguístico para cada valor modal. Tais padrões podem ser compreendidos como pistas de interpretação modal.

Discutem-se a semântica do predicado, a animacidade e o controle do sujeito, a pessoa do discurso, a flexão modo-temporal e o tipo frasal. Além desses fatores, foram verificados, ainda, a diátese do verbo principal, o tipo de oração, a presença/ausência de evidencial, a presença/ausência de advérbios modalizadores, o sexo e a faixa etária do informante/personagem e a posição do modal na frase. Entretanto, essas últimas variáveis não apresentaram resultados que merecessem ser discutidos ou relatados, e, então, nas análises, não se faz menção a elas.

O trabalho é de orientação funcionalista, mas sem filiação rígida a nenhuma corrente teórica particular, tal como Neves (entre outros: 2011). Em um enfoque funcionalista, as formas de uma língua são meios para um fim e não um fim em si mesmas e, então, a explicação para as estruturas deve ser buscada nos usos. O exame deve incluir, então, além da estrutura linguística, a situação comunicativa, o propósito do evento da fala, seus participantes e o conteúdo discursivo.

A pesquisa serve-se de textos dialogais falados e escritos do português contemporâneo, divididos por três regiões brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste.

Os textos de escrita são retirados do banco de dados do Laboratório de Lexicografia (LabLex) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita

⁴ As considerações deste artigo baseiam-se em reinterpretação de alguns dados arrolados em Carrascossi (2003).

Filho” – Unesp, de Araraquara, mais especificamente do chamado CP2 (*corpus* principal 2) do LabLex, que reúne textos escritos produzidos no período compreendido entre 1950 e 2000 e diversificados pelos tipos dramático, oratório, de propaganda, técnico, romanesco e jornalístico. Dado o objetivo de examinar textos puramente interativos, a análise restringiu-se aos textos de literatura dramática, que, para a pesquisa, foram divididos em três regiões, São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste, de acordo com a naturalidade dos autores. A região Sul, considerada inicialmente, foi descartada por não se localizarem peças de autores dessa região no banco de dados.

Os dados de língua falada examinados são inquéritos do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC), que abarca cinco capitais brasileiras (Porto Alegre (POA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Salvador (SSA) e Recife (REC)) e inquéritos dos tipos *diálogo entre dois informantes* (D2), *diálogo entre informante e documentador* (DID) e *elocução formal* (EF). Optou-se por examinar inquéritos do tipo D2 das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Para compatibilizar os textos de fala com os textos de escrita, agruparam-se os inquéritos do NURC em três regiões: São Paulo, Rio de Janeiro e Nordeste (Salvador e Recife).

Selecionaram-se em torno de 25 mil palavras de cada uma das três regiões, nos textos escritos e nos textos falados, desconsiderando-se as primeiras páginas de cada peça teatral ou inquérito (20% iniciais). Os textos escritos examinados são compostos por 75.223 palavras e os textos orais por 75.185 palavras. Para controle de variáveis, utilizou-se o aplicativo computacional GOLDVARB.

Em relação à estrutura, o texto é apresentado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A próxima seção discute o tratamento da polissemia de verbos modais. Em seguida, apresenta-se a proposta de classificação das modalidades de Hengeveld (2004) e os valores modais expressos por *poder*, no *corpus* da pesquisa. Então, as duas seções

seguintes examinam fatores intervenientes na composição dos diferentes valores modais de *poder*, distinguindo-se entre aspectos semânticos e formais.

Tratamento da polissemia dos modais

A polissemia dos verbos modais tem sido explicada de diferentes formas pelos estudiosos. A questão central é: a origem da diversidade semântica dos modais reside nesses verbos ou deve ser buscada fora deles?

Em um enfoque polissemântico, as diferentes interpretações, epistêmica ou não epistêmica, são compreendidas como parte do significado do verbo modal. Na língua portuguesa, há o estudo de Pontes (1973), que, assentado em bases formalistas, considera *poder*, entre outros modais examinados, como um verbo ambíguo entre três significados, capacidade, permissão e possibilidade, havendo diferentes estruturas subjacentes a cada interpretação.

Não parece, entretanto, razoável que a polissemia seja examinada como parte do significado do modal, afinal, desse modo, consideram-se categorias discretas de significado em um campo caracterizado precisamente pela indeterminação, sem que haja, assim, explicitação para as proximidades entre os valores modais.⁵

Um modo mais apropriado de examinar a polissemia considera que as diferentes leituras dos modais são resultantes da combinação de fatores nos contextos de ocorrência (SILVA-CORVALÁN, 1995; KLINGE, 1996; LOBATO, 1984; NEVES, 2000b, entre outros).

⁵ Em relação a proximidades entre significados modais, devem ser lembrados os estudos que revelam um processo de gramaticalização atuante no campo das modalidades, em que os conceitos epistêmicos são extensão dos conceitos não epistêmicos. Entretanto, foge aos propósitos deste artigo discutir a gramaticalização no campo das modalidades. Para informações sobre a gramaticalização envolvendo domínios modais, entre tantos estudos sobre o tema, sugerem-se Sweetser (1990), Bybee *et al.* (1994), Traugott (1989) e Traugott e Dasher (2002).

Uma proposta interessante é a de Silva-Corvalán (1995), que sugere três componentes significativos para os verbos modais: significado descontextualizado, *invariante* sistêmico (o que forma a base e está presente em todos os usos de um modal); significado *contextualizado* (o que o modal expressa, ou o leitor infere que o modal expressa, num contexto específico); significado discursivo *prototípico* (refere-se aos valores mais frequentes que o modal expressa num *corpus* da língua, e tende a corresponder ao significado que a maioria dos usuários da língua determina para uma forma).

Com base nas fórmulas propostas por Perkins (1982) para os modais ingleses *can* e *must*, Silva-Corvalán (1995) explica o significado dos modais espanhóis *poder* e *deber*, postulando que um significado básico invariável é capaz de abarcar todos os significados contextuais desses verbos. Neves (2000b) verifica que essas fórmulas também podem ser úteis para a descrição dos modais portugueses *poder* e *dever*.

Poder apresenta o significado invariável “K (C não impede X)”, no qual se diz que, com referência a um conjunto de princípios (K), as circunstâncias (C) não impedem a realização do estado de coisas (X). Os valores do estado de coisas e das circunstâncias (contextos de uso), que incluem aspectos morfossintáticos, semânticos e prosódicos, são reconhecidos no contexto. De acordo com a proposta de Silva-Corvalán (1995), essas variáveis, juntamente com o modal selecionado, determinam a interpretação modal. Observem-se (4) e (5):

- (4) *Bom dia. Pode entrar. Já estou indo pra feira.* (US) – permissão (deontico) – com referência a um conjunto de princípios (leis sociais), as circunstâncias (que envolvem presença de fonte deontica, sujeito agente, orientação para o futuro, verbo de ação, etc.) não impedem “você entrar”.
- (5) *Pai pode ser qualquer um. Mãe é que a gente sabe quem é.* (DO) – possibilidade epistêmica – com referência a um conjunto de princípios (leis racionais), as circunstâncias (que envolvem ausência de fonte deontica, predicado de estado, sujeito não agente, etc.) não impedem “pai ser qualquer um”.

Entende-se que um tratamento monosseântico para os modais, mas que vai além do significado invariável e estuda formas linguísticas em contextos de uso, tal como o proposto por Silva-Corlaván (1995), capta a relação entre significado invariável e significado contextual dos modais, e reflete essa inter-relação mais apropriadamente do que uma análise polissemântica, a qual não implica necessariamente a busca de afinidades entre os diversos significados.

Por outro lado, a definição de um contexto pode ser pouco operacional, porque “é vaga, em alguns casos, a inclusão de um contexto específico (definido pela combinação de certas características, por exemplo, animacidade e agentividade dos termos) em um ou outro conjunto de contextos associados com a inferência de diferentes mensagens (por exemplo, possibilidade e permissão)” (NEVES, 2000b, p. 122). Como bem mostra Neves (2000b), entre outros estudiosos que já se debruçaram sobre o tema, a interpretação do modal, muitas vezes, se resolve em um contexto maior, fora do âmbito da frase, nas relações intersubjetivas estabelecidas em cada situação comunicativa, sendo que há casos em que a polissemia pode permanecer, porque os próprios falantes nem sempre fazem distinção clara entre os valores modais.

Em dados do dinamarquês e do inglês, Klinge (1996) discute algumas variações centrais que podem contribuir para a determinação de significado modal. Analisam-se, como direcionamentos de interpretação, referência de tempo, agentividade e animacidade dos sujeitos envolvidos, semântica do predicado e flexão morfológica do modal. Note-se que tais variáveis também foram citadas na proposta de Silva-Corlaván (1995). Ao estudar o impacto dessas variáveis para a interpretação modal, Klinge reconhece a limitação delas para definição de uma interpretação modal, observando que não têm caráter definitivo, afinal o contexto intrassentencial fornece pistas para a interpretação, mas não fornece a interpretação toda.

Não interessa a este artigo discutir como se resolve, nos contextos de ocorrência, a interpretação do modal *poder*, quais fatores são definitivos.

Interessa analisar contextos de ocorrência do verbo modal *poder*, com o propósito de identificar tendências, padrões de comportamento linguístico, os quais podem ser interpretados como pistas que encaminham para um ou outro domínio e, nesse sentido, ser compreendidos como fatores interferentes na composição de diferentes valores modais (como mostram Klinge (1996) e Silva-Corvalán (1995)).

Valores modais expressos por *poder*

O estudo adota as distinções modais propostas por Hengeveld (2004),⁶ que partem do cruzamento de dois parâmetros, o alvo e o domínio da avaliação modal.

De acordo com o alvo, as modalidades são subdivididas por Hengeveld (2004) em: a) *orientada para o participante* – afeta a parte relacional da sentença como expressa por um predicado e se refere à relação entre (propriedades de) um participante em um evento e a potencial realização desse evento; b) *orientada para o evento* – afeta a descrição do evento contido na sentença, ou seja, a parte descritiva de uma sentença e se refere à avaliação objetiva do estatuto de atualidade do evento; em outras palavras, descreve a existência de possibilidades, obrigações gerais, etc., sem que o falante tome responsabilidade por esses julgamentos; c) *orientada para a proposição* – afeta o conteúdo proposicional de uma sentença, ou seja, a parte da sentença que representa as visões e as crenças do falante e diz respeito à especificação do grau de comprometimento do falante em relação à proposição que ele está apresentando.

Considerando a variação na perspectiva da avaliação modal (o domínio da avaliação), Hengeveld (2004) propõe os seguintes tipos de modalidade: *facultativa* (referente à capacidade intrínseca ou adquirida); *deôntica* (refe-

⁶ A proposta de Hengeveld (2004) foi retomada em Hengeveld e Mackenzie (2008), dentro do modelo da Gramática Discursivo-Funcional (GDF). No entanto, neste estudo não será utilizado o aparato da GDF.

rente àquilo que é permissível – legalmente, socialmente, moralmente); *volitiva* (referente àquilo que é desejável); *epistêmica* (referente àquilo que se conhece sobre o mundo atual); *evidencial* (referente à origem da informação contida sobre o mundo atual).⁷

O Quadro 1 apresenta as combinações possíveis entre os domínios e os alvos modais.

Quadro 1: Classificação das modalidades segundo Hengeveld (2004)

Domínio \ Alvo	Participante	Evento	Proposição
<i>facultativa</i>	+	+	-
<i>deôntica</i>	+	+	-
<i>volitiva</i>	+	+	-
<i>epistêmica</i>	-	+	+
<i>evidencial</i>	-	-	+

Com base na classificação de Hengeveld (2004), observou-se que o modal *poder* assume os valores modais *facultativo – orientado para o participante* ou *orientado para o evento –*, *deôntico – orientado para o participante* ou *orientado para o evento –* e *epistêmico – orientado para o evento* ou *orientado para a proposição*.

Localizaram-se 490 ocorrências no *corpus* da pesquisa, sendo 290 (59%) de peças teatrais e 200 (41%) de língua oral. Embora o modal *poder*

⁷Hengeveld (2011) propõe uma modificação nessa classificação, distinguindo um quarto alvo de avaliação modal, a *modalidade orientada para o episódio* que, em Hengeveld (2004), foi considerada como um subtipo de modalidade, a orientada para o evento epistêmica (objetiva). De acordo com Hengeveld (2011), a modalidade epistêmica objetiva caracteriza episódios em termos da (im) possibilidade de sua ocorrência em vista daquilo que é conhecido sobre o mundo. A distinção entre a modalidade orientada para o evento e a orientada para o episódio se relaciona com tempo. Na orientada para o episódio, o tempo é absoluto, independente, e, na orientada para o evento, o tempo é relativo, dependente. Para este estudo dos usos modais de *poder*, essa distinção não é relevante e, por isso, não se considera essa modificação da classificação de Hengeveld (2011).

seja mais frequente nas peças teatrais, não se verificaram, em relação aos aspectos examinados, diferenças relevantes entre fala e escrita e, por isso, na discussão de resultados, não será considerada a distinção entre os dois tipos de textos examinados. O quadro seguinte mostra a distribuição das ocorrências entre os valores modais.

Quadro 2: Distribuição de *poder* entre os valores modais

	Orientado para o participante	Orientado para o evento	Orientado para a proposição	Total
<i>Facultativa</i>	58 (54%)	49 (46%)	-	107 (100%)
<i>Deôntica</i>	153 (74%)	55 (26%)	-	208 (100%)
<i>Epistêmica</i>	-	32 (18%)	143 (82%)	175 (100%)

A modalidade facultativa diz respeito a capacidades intrínsecas ou adquiridas. Orientada para o participante, como em (6), descreve a habilidade de um participante de se envolver no tipo de evento designado pelo predicado. Orientada para o evento, como em (7), caracteriza-se em termos de condições circunstanciais ou físicas que habilitam ocorrência do evento descrito na sentença.

(6) Facultativa orientada para o participante

*LI mas por outro lado... melhorou o aspecto (por)que você não tem mais aquele perigo daquela... daqueles aumentos absurdos ... quando as empresas... as companhias construtoras ou chamadas imobiliárias ... não tinham uma fiscalização direta do BNH como hoje tem o Sistema Financeiro de Habitação... então qualquer cidadão que baseado em poder econômico **podia** se transformar em dono de uma empresa imobiliária... então o sujeito... eh:... (D2 RJ 355)*

(7) Facultativa orientada para o evento

*LI (...) cê vê que as estradas brasileiras estão sendo muito solicitadas...a tal ponto que não **poderão** resistir TECnicamente (D2 SSA 98)*

Note-se que, em ambas as ocorrências, o modal *poder* assume o valor capacitativo, mas em (6) trata-se da capacidade de um participante, refere-se à condição financeira que um cidadão pode alcançar e que o habilitará a se tornar dono de uma empresa, enquanto em (7) o que está em questão é a condição, o estado de uma estrada; nesse caso, a possibilidade de ocorrência de um evento que não depende das aptidões de um participante, mas se liga às circunstâncias em que um evento ocorre.

A modalidade deôntica é referente àquilo que é permissível, em termos legais, sociais, morais. Orientada para o participante, descreve um estado do participante em uma obrigação, com ou sem permissão para se envolver no tipo de evento designado pelo predicado. Orientada para o evento, caracteriza-se em termos daquilo que é obrigatório ou permitido em um sistema de convenções morais ou legais, regras de conduta. As ocorrências (8) e (9) são exemplos.

(8) **Deôntica orientada para o participante**

*B: [...] O preço? Que preço? Das urnas de 1ª você tem aí a tabela: dois mil e oitocentos, cada uma. São três, dá 8 mil e quatrocentos fora o resto. Eles estão querendo abatimento para as urnas menores? Eu não **posso** dar.* (SO)

(9) **Deôntica orientada para o evento**

*L1 [pensamos que o reveillon 'fosse até de manhã... se não o negócio começou às... dez nove e meia dez horas... à meia-noite está tudo encerrado porque: não **podia** ter mais barulho lá embaixo todo mundo foi dormir e tal... () ((risos))* (RJ D2 296)

Em (8), o participante, representante de uma funerária, é apresentado como estando sem permissão, na proibição, para oferecer desconto na venda de urnas funerárias, então o modal é deôntico orientado para o participante. Na ocorrência (9) não se descreve o estado de um participante, mas é apresentada uma proibição geral, não referente a um participante em específico, por isso é orientada para o evento.

A modalidade epistêmica situa-se no eixo do conhecimento, envolve crença, julgamento, opinião. A modalidade epistêmica orientada para o evento caracteriza-se em termos da (im)possibilidade da ocorrência de algo em relação ao que é geralmente conhecido sobre o mundo (modalidade epistêmica objetiva), como em (10), enquanto na modalidade epistêmica orientada para a proposição, o falante imprime diferentes graus de comprometimento em relação à proposição (modalidade epistêmica subjetiva), como em (11).

(10) **Epistêmica orientada para o evento**

L2 - *you sobe o Alto da Boa Vista*

L1 - *(pra Barra você...) depende se você vai pelo Leblon você não sobe*

L2 - *correto mas você **pode** subir*

L1 - *se for pelo Alto*

L2 - *então você **pode** subir **pode** ver o relevo lá em cima você nota perfeitamente a (altura) (D2 RJ 158)*

(11) **Epistêmica orientada para a proposição**

L1 - *-negue que essa integração ela deva existir agora ela não passa por mim... entendeu?*

L2 - *[não passa*

L1 - *-ela deve existir agora eu não tenho essa preocupação num passa por mim... talvez quem sabe que eu estou no:: no caminho errado deslocada da profissão não: eu não acho*

L2 - *[não eu não acho não*

L1 - ***-pode** ser que seja até por aí eu não sei né mas (REC D2 340)*

Na ocorrência (10), orientada para o evento, o enunciador expressa o que se sabe possível (*subir, ver o relevo lá de cima*), enquanto na ocorrência (11), orientada para a proposição, o enunciador registra o que ele crê ser possível (*ser por aí, ser esse um jeito correto de compreensão*).

Com base nessa classificação das modalidades, nas próximas seções, analisam-se fatores intervenientes na composição dos diferentes valores modais localizados para *poder*.

Aspectos semânticos: tipo de predicado, controle sobre a predicação e agentividade

No exame de fatores contextuais predominantes em cada valor modal considerado, entendidos como guias para um ou outro domínio, uma primeira variável a ser observada é a semântica do predicado. As predicações são formadas pela combinação de diferentes traços semânticos. Baseando-se em Dik (1989), Neves (1996) indica que o traço mais básico se refere a dinamismo ([±] din), e sua combinação com a presença ou a ausência de controle do sujeito ([±] con) resulta em ação (+din, +con), processo (+din, -con) ou estado (-din, -con).

Estudos indicam que as interpretações não epistêmicas se ligam mais a predicados de ação, enquanto as interpretações epistêmicas se associam mais a predicados estativos (COATES, 1983; HEINE, 1995; COSTA, 1995; KLINGE, 1996). Logo, é esperado que, nos usos modais não epistêmicos, haja maior frequência de sujeitos animados humanos, e com controle sobre as predicações, enquanto nos usos modais epistêmicos se prevê porcentual maior de sujeitos inanimados e sem controle sobre as predicações. Os dados desta pesquisa confirmam essas tendências, conforme apresentação ao longo desta seção.

O quadro seguinte mostra o cruzamento entre valores modais e tipos de predicados.

Quadro 3: Semântica dos predicados em usos de *poder*

Semântica do predicado	Facultativa		Deôntica		Epistêmica	
	orientada participante	orientada evento	orientada participante	orientada evento	orientada evento	orientada proposição
<i>Ação</i>	43 (74%)	41 (84%)	128 (84%)	46 (84%)	23 (72%)	61 (43%)
<i>Processo</i>	5 (9%)	6 (12%)	7 (4,5%)	2 (4%)	3 (9%)	18 (12%)
<i>Estado</i>	8 (14%)	2 (4%)	11 (7%)	3 (5%)	6 (19%)	64 (45%)
<i>Não se aplica</i>	2 (3%)	0	7 (4,5%)	4 (7%)	0	0
Total	58 (100%)	49 (100%)	153 (100%)	55 (100%)	32 (100%)	143 (100%)

O Quadro 3 revela que, com as modalidades facultativa e deôntica, sejam orientadas para o participante ou para o evento, predominam os predicados de ação. A maior frequência de predicados de ação nessas modalizações é natural, afinal o domínio deôntico refere-se ao julgamento do falante sobre prescrição, não sobre possibilidade ou certeza, e, por isso atinge o *fazer*, não o *ser*; e o domínio facultativo diz respeito à capacidade/habilidade de um participante de se envolver em um evento ou a condições circunstanciais ou físicas que habilitam um acontecimento, o que também o faz estar mais ligado ao *fazer*.

Entre os epistêmicos orientados para o evento também predominam os predicados de ação (72%), mas há porcentual de predicados de estado (19%) maior que entre os facultativos (14% com os orientados para o participante e 4% com os orientados para o evento) e os deônticos (7% com os orientados para o participante e 5% com os orientados para o evento), mas bem menores entre os epistêmicos orientados para a proposição (45%). Ou seja, os epistêmicos orientados para o evento são mais ligados ao *fazer* que os epistêmicos orientados para a proposição, e mais ligados ao *ser* que os facultativos e os deônticos.

É com os usos modais epistêmicos orientados para a proposição que os predicados de estado se apresentam com o maior porcentual (45%). Ocorre

que, nesse tipo de modalização, o falante imprime julgamentos sobre possibilidade, certeza e, assim, atinge mais o *ser* que o *fazer*.

Os predicados de processo não são muito ocorrentes, mas chama a atenção o fato de que estão em frequência aproximada entre os facultativos e os epistêmicos, e bem menor entre os deônticos.

As ocorrências de modais em que o predicado não é expresso foram abrangidas na categoria *não se aplica*. São construções com o modal *poder* sem sujeito e sem verbo predicador (ao menos localizável sem ambiguidade) que transmitem avaliações negativas do falante em relação a um enunciado todo, a elemento não expresso (o raciocínio do interlocutor) ou a um conteúdo que pode ser captado apenas pelo contexto interacional. A ocorrência (12) é exemplo.

- (12) [...] *Por acaso eu aumentei o preço da maior? Claro que não é possível... eu sei que são menores mas urna é vendida por unidade, não importa a medida. E eu vou vender urna a metro? Quem sugeriu isto? Ah... foi você mesmo... está desaprendendo as técnicas comerciais? Não **pode** não, entendido? Até logo, parabéns pelo serviço e veja se consegue alguém de responsabilidade para assumir o compromisso de pagamento. De preferência que não seja artista. Até logo.* (SO)

Nesse caso, *não pode* marca a ausência de permissão, a inaceitabilidade para a atitude do vendedor de urnas, e o escopo do modal fica implicado no fluxo conversacional.

Outra variável examinada é o controle do sujeito sobre as predicções:

Quadro 4: Controle do sujeito em usos de *poder*

Controle do sujeito	Facultativa		Deôntica		Epistêmica	
	orientada participante	orientada evento	orientada participante	orientada evento	orientada evento	orientada proposição
[+] controle	45(78%)	34(70%)	138(90%)	35(63%)	17(53%)	57(40%)
[-] controle	13(22%)	13(26%)	9 (6%)	13(24%)	14(44%)	65(45%)
Não se aplica	0	2 (4%)	6 (4%)	7 (13%)	1 (3%)	21 (15%)
Total	58 (100%)	49 (100%)	153 (100%)	55 (100%)	32 (100%)	143 (100%)

Os sujeitos com o traço [+] controle são predominantes com quase todos os valores, atingindo maiores índices entre usos não epistêmicos (facultativos e deônticos).

Entre os usos deônticos orientados para o participante estão os maiores índices de [+] controle (90%). A forte associação entre o domínio deôntico e o traço [+] controle já foi discutida em outros trabalhos (NEVES,2000b, entre outros) e é natural, afinal, considerando-se o modal *poder*, para que alguém receba permissão ou dê permissão, é preciso que esteja envolvido controle sobre as predicacões.

Embora haja indicação de que apenas o traço [+] controle do sujeito licencia interpretações de modalidade deôntica (NEVES, 1996, 2000b, entre outros), localizaram-se ocorrências deônticas com sujeito sem controle sobre a predicacão (6% dos deônticos orientados para o participante e 24% dos deônticos orientados para o evento).

A compatibilidade entre [-] controle do sujeito e usos deônticos consiste em que o traço [+] controle é requerido em atos diretivos e não necessariamente em atos declarativos. Diz Neves (1996) que a modalidade deôntica pode corresponder a atos diretivos de fala, ligando-se, nesses casos, ao imperativo, e pode, também, manifestar-se em frases declarativas, nas quais se avalia o *continuum* que vai do absolutamente obrigatório ao permitido. Observe-se:

- (13) *B: Eu falo com ele, explico... o que eu não **posso** é ficar mais tempo na mira do diabo!*
(OSA)

A sentença em (13) equivale a “não é permitido eu ficar mais tempo na mira do Diabo”, um ato declarativo, e não a um ato diretivo como “alguém tem/requer permissão para algo”.

Nesses atos declarativos, é possível localizar, ainda, casos de sujeito gramatical com o traço [-] animado, que obviamente não pode comportar o traço [+] controle, mas em cujos enunciados é possível identificar um agente, não em nível de “superfície” da frase, e sim em nível discursivo, como se nota em (14).

- (14) [...] *EU acho que o::é o problema que está existindo...então realmente pesquisa...é::básico...certo? aí::já é o problema de entrar num::num certo ciclo certo?...e::a pesquisa::já depende de VERbas certo? e as verbas hoje em dia estão mais destinadas para para atender a oitenta milhões não pode atender a poucos...sei lá talvez o trabalho seja a longo prazo...que essas verbas já não **podem** ser destinadas...ela é::mais DÍrigida...para a alfabetização...da maioria...[...]* (D2 SP 62)

O sujeito da ocorrência em destaque é *essas verbas*. Trata-se de uma construção passiva, em que o agente não é expresso, apesar de identificável no contexto discursivo.

Os casos de [-] controle com interpretação facultativa, em geral, envolvem ocorrências de sujeito inanimado, como (15), ou verbos relativos ao pensamento, sobre os quais não se tem controle, como (16).

- (15) *L1 - bom...eu escolhi Economia porque na nana ocasião...eu já::trabalhava...e::((pi garreou)) apesar de gostar também da dada profissão...eu acho que Economia::é::é o curso que **pode** lhe oferecer assim...eh::muitas perspectivas e lhe dá uma visão lhe dá uma visão...geral* (D2 SP 62)

- (16) *Falem de coisa que eu **possa** compreender, doutores. Que eu **possa** entender.* (SOR)

É entre os usos epistêmicos, que envolvem avaliações sobre possibilidades, expressões de crença, que o traço [-] controle apresenta-se em maior frequência: 44% dos epistêmicos orientados para o evento e 45% dos epistêmicos orientados para a proposição. Note-se, entretanto, que a maioria dos epistêmicos orientados para o evento ocorre com sujeitos controladores.

Os casos de *não se aplica*, em relação ao controle dos sujeitos, são ocorrências de construção impessoal, como (17), epistêmica orientada para a proposição, ou sem predicado, como (18), deôntica orientada para o evento.

(17) *F2-pro exterior é **pode** ser que eu não tenha tido ainda condição financeira de ir pra fora* (D2 RJ 158)

(18) *Mas não se trata de negócio, Roca! **Não pode**. Está bem, Roca. Está bem. **Não pode**.* (SOR)

Dentre os aspectos semânticos examinados, resta testar a animacidade dos sujeitos de *poder*. O que os estudiosos têm observado em relação a essa variável é que o traço [-] animado é mais frequente em usos epistêmicos e o traço [+] animado ocorre mais em usos não epistêmicos (COATES, 1983; HEINE, 1995; KLINGE, 1996; NEVES, 2000b). O Quadro 5 apresenta os resultados desta pesquisa em relação a essa variável.

Quadro 5: Animacidade do sujeito em usos de *poder*

Controle do sujeito	Facultativa		Deôntica		Epistêmica	
	orientada participante	orientada evento	orientada participante	orientada evento	orientada evento	orientada proposição
[+] animado	58 (100%)	37 (75%)	150 (98%)	36 (66%)	22 (69%)	93 (65%)
[-] animado	0	12 (25%)	0	15 (27%)	9 (28%)	27 (19%)
<i>Não se aplica</i>	0	0	3 (2%)	4 (7%)	1 (3%)	23 (16%)
Total	58 (100%)	49 (100%)	153 (100%)	55 (100%)	32 (100%)	143 (100%)

O quadro revela que sujeitos animados predominam com todos os valores modais.

Observe-se que as ocorrências facultativas e deônticas orientadas para o participante não apresentam sujeito [-] animado. A modalidade facultativa orientada para o participante é referente a capacidades de um sujeito, intrínsecas ou adquiridas, para a realização de um evento, daí sua forte associação com sujeitos animados. Entre os deônticos, existe a manipulação, ou tentativa de manipulação, de um sujeito sobre outro e, por isso, é natural esse tipo envolver sujeitos animados e humanos,⁸ sendo a forte associação entre o traço [+] animado e modalidade deôntica amplamente identificada por estudiosos. Assim, por exemplo, diz Klinge (1996) que a interpretação deôntica está licenciada, se for possível identificar o agente capaz de realizar o ato representado pela proposição, e Lyons (1977) relaciona a modalidade deôntica a atos realizados por “agentes moralmente responsáveis”.

Diferentemente da orientação para o participante, na orientação para o evento, os usos facultativos e deônticos apresentam ocorrências com sujeitos não animados, embora também nessa orientação predominem sujeitos animados. Isso porque, quando orientado para o evento, não se trata da descrição de um participante em termos de habilidade ou permissão, e sim da avaliação de um evento, de um estado de coisas.

Nas leituras epistêmicas, existe um percentual significativo de sujeito [-] animado (28% entre os epistêmicos orientados para o evento, e 19% entre os epistêmicos orientados para a proposição), mas que se equilibra com o percentual de [-] animado entre os facultativos e os deônticos orientados para o evento (25% e 27%, respectivamente).

Entre os deônticos orientados para o participante há pequeno percentual (2%) de *não se aplica*, que são casos da construção impessoal *não pode*, como no exemplo (18), já apresentado. O percentual significativo de

⁸ Apenas duas ocorrências em todo o *corpus* apresentam sujeitos animados não humanos: “Um cachorro não pode ser comido pelos urubus. (AC)”; “[...] tudo quanto é bicho que pode existir [...] (D2 REC 5)”.

não se aplica entre os epistêmicos orientados para a proposição corresponde, em geral, a ocorrências da construção impessoal *pode ser(que)*, tipicamente epistêmica (CARRASCOSSI,2011), como, por exemplo, em (17), também já apresentado.

Aspectos formais: flexões morfológicas do modal e tipo frasal

Aspectos formais também devem ser investigados como fatores intervenientes na composição de diferentes valores dos modais, o que se fará nesta seção, em que se elegem, para análise, a flexão de tempo e modo do modal, a pessoa do discurso e o tipo frasal.

O quadro seguinte apresenta resultados do exame da flexão modo-temporal e forma nominal de *poder* nas ocorrências do *corpus*.

Quadro 6: Flexão modo-temporal/forma nominal em usos de *poder*

Tempo, modo, forma nominal	Facultativa		Deontica		Epistêmica	
	orientada participante	orientada evento	orientada participante	orientada evento	orientada evento	orientada proposição
<i>Presente (indicativo)</i>	26 (45%)	22 (45%)	132 (86%)	46 (83%)	24 (75%)	84 (59%)
<i>PretéritoPerfeito (indicativo)</i>	4 (7%)	1 (2%)	0	0	1 (3%)	0
<i>PretéritoImperfeito (indicativo)</i>	8 (14%)	4 (8%)	5 (3%)	2 (4%)	2 (6%)	22 (15%)
<i>Futuro do Presente (indicativo)</i>	2 (3%)	5 (10%)	2 (1,5%)	1 (2%)	0	5 (3%)
<i>Pretérito mais que perfeito (indicativo)</i>	0	1 (2%)	0	0	0	0
<i>Futuro do Pretérito (indicativo)</i>	2 (3%)	0	11 (7%)	2 (4%)	1 (3%)	17 (12%)

<i>Futuro (subjuntivo)</i>	5 (9%)	0	0	0	0	2 (1,5%)
<i>PreteritoImperfeito (subjuntivo)</i>	4 (7%)	2 (4%)	1 (1%)	0	0	4 (3%)
<i>PresenteSubjuntivo (subjuntivo)</i>	4 (7%)	7 (14,5%)	0	1 (2%)	1 (3%)	3 (2%)
<i>Infinitivo</i>	3 (5%)	7 (14,5%)	2 (1,5%)	3 (5%)	3 (10%)	4 (3%)
<i>Gerúndio</i>	0	0	0	0	0	2 (1,5%)
Total	58 (100%)	49 (100%)	153 (100%)	55 (100%)	32 (100%)	143 (100%)

O presente do indicativo é predominante no *corpus*, com todos os valores modais. Das 490 ocorrências examinadas, 334 (ou seja, 68%) estão no presente do indicativo. Essa parece ser uma tendência já verificada no português (COSTA, 1995; MESQUITA, 1999; entre outros).

A observação mais geral que se pode fazer sobre a relação entre tempo e modalidade na configuração de diferentes valores modais diz respeito ao fato de que as sentenças com referência em tempo presente ou passado, geralmente, possuem interpretação epistêmica, e as que têm referência em tempo futuro possuem, frequentemente, interpretação deôntica (COATES 1983; SWEETSER, 1990; HEINE, 1995; KLINGE, 1996; NEVES, 2000b). Para Sweetser (1990), as sentenças relativas a ações passadas são fortemente pesadas em direção a uma interpretação epistêmica, porque a causalidade do mundo real não pode mais influenciar eventos passados. Klinge (1996) explica que as situações localizadas no presente ou no passado são imutáveis e, desse modo, estão além do controle do agente, traço que caracteriza as noções deônticas. Neves (2000b) observa que são afetadas à futuridade as categorias deônticas, pois se referem à conduta, que é projetada para um momento posterior à manifestação da necessidade deôntica.

Considere-se, então, que o presente do indicativo é uma forma não marcada, ou seja, pode ter referência no presente, no passado ou no futuro. Em um exercício de análise, verifica-se que, de modo geral, as sentenças no presente do indicativo e interpretação deôntica (orientada para o participante ou para o evento) possuem orientação para o futuro, enquanto aquelas com leitura epistêmica (especialmente as orientadas para a proposição) apresentam orientação presente.

- (19) interpretação deôntica, permissão – orientação para o futuro

*L2 – me diga uma coisa, vocês é...fazem... **pode** perguntar a vocês? (D2 SSA 95)*

- (20) interpretação epistêmica, possibilidade – orientação presente

*MP: Uma coisa eu garanto. Desertar ele não desertou, isto nunca. **Pode** estar preso ou morto, mas escondido, não. (US)*

Em (19) e (20), *poder* está no presente do indicativo, mas na primeira ocorrência existe uma projeção para o futuro (a pergunta, se autorizada, ocorrerá em momento posterior); enquanto, no segundo caso, a orientação de tempo é presente, o fato de “ele” (o personagem da peça) estar preso ou morto é situado no momento da enunciação.

Embora o presente do indicativo seja predominante com todos os valores, é notável que entre os deônticos o porcentual é mais elevado. Com índices bem inferiores, localizaram-se usos deônticos no pretérito imperfeito do indicativo, no futuro do presente do indicativo, no futuro do pretérito do indicativo, no pretérito imperfeito do subjuntivo, no presente do subjuntivo e em formas infinitivas, como se pode ler no Quadro 6.

Os usos facultativos (orientados para o participante ou para o evento) apresentam-se, em comparação aos deônticos e epistêmicos, com menores porcentuais no presente do indicativo (45%). Isso significa que o domínio facultativo, mais que o epistêmico e o deôntico, distribui-se em outras flexões modo-temporais e formas nominais (pretérito perfeito do indicativo, pretérito

imperfeito do indicativo, futuro do presente do indicativo, pretérito mais que perfeito do indicativo, futuro do pretérito do indicativo, futuro do subjuntivo, pretérito imperfeito do subjuntivo, presente do subjuntivo e infinitivo).

Entre as ocorrências epistêmicas orientadas para a proposição, além do presente do indicativo, apresentam porcentuais significativos o pretérito imperfeito do indicativo e o futuro do pretérito do indicativo. Considere-se, com Neves (1996, p. 178), que “a avaliação epistêmica se situa em algum ponto do *continuum* que, a partir de um limite preciso, onde está o (absolutamente) *certo*, se estende pelos limites e indefinidos graus do *possível*”. Nessa avaliação, as formas de pretérito imperfeito do indicativo e de futuro do pretérito do indicativo são expedientes para registrar menor comprometimento do enunciador. Há de se notar, porém, os diversos recursos linguísticos de relativização. O enunciado seguinte é ilustrativo. Nele, o falante registra sua incerteza por meio de alguns expedientes, além do emprego do futuro do pretérito, como a expressão modal/evidencial *eu acho que*, e o advérbio modalizador *assim*:

- (21) L1 - *eu acho que nós somos muito ricos nesse material do a/ do ator...direções ótimas...mas às vezes textos indigestes...apelativos...então eu fiquei muito tempo sem ir ao teatro...ah::ultimamente de coisas boas que eu tenho visto...ah::...deixa eu ver...eu (não)...quer dizer eu não **poderia** dizer **assim** a rigor porque muitos espetáculos me escaparam...um deles que eu gostei...mas que não é um espetáculo brasileiro...porque::...foi todo adapTado do...do musical...americano...foi o 'Dom Quixote'... com a Bibi Ferreira... (D2 SP 333)*

O pretérito imperfeito do indicativo, nas ocorrências epistêmicas examinadas, em geral tem orientação de tempo não passado, equivale ao futuro do pretérito do indicativo, e tem a função de atenuador. Geralmente, os enunciados com essas formas expressam uma significação desiderativa. Nesses casos, a intenção do falante parece ser sugerir algo a seu ouvinte, e o emprego do pretérito imperfeito torna essa sugestão menos constrangedora, como em:

(22) ...já que você está falando com as pessoas na rua feito fotógrafo lambe-lambe, **podia** debater com elas o discurso do embaixador da Colômbia na Onu, falando das proteínas.
 ..(RC)

As pessoas do discurso também podem revelar diferenças entre usos modais. Em pesquisa na língua alemã, Heine (1995) notou que o modal tende para a interpretação deôntica, quando o sujeito é primeira e segunda pessoas, enquanto a modalidade epistêmica se associa mais com a terceira pessoa e menos com a primeira pessoa. Os resultados da pesquisa em relação a essa variável, apresentados no quadro seguinte, confirmam essa tendência.

Quadro 7: Pessoas do discurso e usos de *poder*

Pessoas do discurso	Facultativa		Deôntica		Epistêmica	
	orientada participante	orientada evento	orientada participante	orientada evento	orientada evento	orientada proposição
1ª pessoa	26 (45%)	22 (45%)	67 (44%)	2 (3%)	4 (12%)	23 (16%)
2ª pessoa	8 (14%)	6 (12%)	51 (33%)	7 (13%)	14 (44%)	17 (12%)
3ª pessoa	24 (41%)	21 (43%)	35 (23%)	46 (84%)	14 (44%)	103 (72%)
Total	58 (100%)	49 (100%)	153 (100%)	55 (100%)	32 (100%)	143 (100%)

É preciso observar, primeiramente, que se examinam pessoas do discurso, e não pessoas gramaticais. Assim, *pode* na ocorrência (4), repetida em (23), por conveniência, é analisado como segunda pessoa do discurso (você), embora tenha como pessoa gramatical a 3ª. pessoa.

(23) *Bom dia. Pode entrar. Já estou indo pra feira.* (US)

A modalidade deôntica orientada para o participante, como (23), situa-se frequentemente no eixo dos interlocutores, por isso percentuais mais concentrados de primeira e segunda pessoas do discurso. Quando orientada para o evento, as leituras deônticas apresentam índices mais elevados de 3ª. pessoa, afinal, nesses casos, apresenta-se uma permissão (ou proibição) geral,

não referente a um participante específico, como em (24).

- (24) L2 - *não é?...então nem para a esposa **pode** ser dito...**pode** ser dito exa/ somente para a própria pessoa e aí se ela tornar público aí é problema dela...mas eles não podem.*(D2 SP 360)

A modalidade epistêmica orientada para a proposição está majoritariamente na terceira pessoa, o que é esperado, pois, nesses casos, o enunciador avalia determinados assuntos, situações, como em:

- (25) *An: Cônego, Princesa é um caso à parte. A Polícia tem ordens para rechaçar violentamente as investidas dos jagunços de Zé Pereira. Mas na Capital qualquer ação nossa **pode** ser precipitada. Afinal é aqui que se encontram as repartições federais...*
(DZ)

Com os modais epistêmicos orientados para o evento, o enunciador avalia estados de coisas em termos a (im)possibilidade de sua ocorrência com base no que se conhece sobre o mundo. Nesses casos, utiliza-se, com frequência, o pronome de segunda pessoa do discurso *você*, genérico, como na ocorrência 10, repetida em (26).

- (26) L2 - *você sobe o Alto da Boa Vista*
L1 - *(pra Barra você...) depende se você vai pelo Leblon você não sobe*
L2 - *correto mas você **pode** subir*
L1 - *se for pelo Alto*
L2 - *então você **pode** subir **pode** ver o relevo lá em cima você nota perfeitamente a (altura)* (D2 RJ 158)

O que se pode observar em relação aos facultativos, orientados para o participante ou para o evento, é que se concentram na primeira e terceira pessoas. Ou seja, é menos comum que se enuncie a capacidade do interlocutor, 2ª pessoa.

Último critério formal a ser analisado é o tipo frasal, e os resultados para esse exame encontram-se no Quadro 8.

Quadro 8: Tipos frasais e usos de *poder*

Tipos frasais	Facultativa		Deôntica		Epistêmica	
	orientada participante	orientada evento	orientada participante	orientada evento	orientada evento	orientada proposição
<i>Asserção afirmativa</i>	34 (58%)	42 (86%)	64(42%)	23 (42%)	20 (63%)	117 (82%)
<i>Asserção negativa no modal</i>	18 (31%)	2 (4%)	48 (32%)	25 (46%)	2 (6%)	4 (3%)
<i>Asserção negativa no principal</i>	0	0	0	0	0	4 (3%)
<i>Interrogação</i>	1 (2%)	4 (8%)	22 (14%)	4 (7%)	7 (22%)	7 (5%)
<i>Exclamação</i>	5 (9%)	1 (2%)	14 (9%)	3 (5%)	3 (9%)	11 (7%)
<i>Injunção</i>	0	0	5 (3%)	0	0	0
Total	58 (100%)	49 (100%)	153 (100%)	55 (100%)	32 (100%)	143(100%)

As asserções afirmativas são predominantes com todos os valores modais examinados, apresentando os percentuais mais baixos entre os deônticos. Entre os usos deônticos, existe a tentativa do falante de atuar sobre seu interlocutor, e daí maior necessidade de ordenar, interrogar, negar ou exclamar, e é natural, então, que essas ocorrências se distribuam um pouco mais em outros tipos frasais, além da afirmação. As duas ocorrências de *poder* em (27) são exemplos de injunção e de asserção negativa em usos deônticos.

- (27) An: (...) *E essas armas que não chegam!...* Já eram pra estar aqui esses *homens....?*
 /M: *São de inteira confiança... **pode** ficar sossegado!* An: *Precisamos saber com quem contamos! Não **podemos** precipitar as coisas...* (DZ)

Note-se que a asserção negativa no modal, como na segunda ocorrência de *poder* em (27), apresenta expressivos percentuais entre os deônticos (orientados para o participante ou para o evento); a negação no modal deôntico revela, com maior destaque, o conceito de força atuando sobre o sujeito.

A asserção negativa no principal encontra-se em apenas quatro ocorrências, todas epistêmicas. Com *poder*, a diferença entre asserção negativa no modal e asserção negativa no verbo principal relaciona-se com a posição do operador de negação, conforme indica Neves (2000a). Se o operador de negação estiver anteposto, o escopo da negação recairá sobre o modal, (27), mas, se o operador de negação estiver posposto, o escopo da negação recairá sobre a predicação, (28).

- (28) *Q: Mas é possível? Todos os empregados aqui são de confiança, an-ti-gos. (E batendo na boca) Deus me perdoe. / M: Sim. Tive o mesmo pensamento... A novata! / Mas pode não ter sido!*(US)

Em (27), com o operador de negação anteposto ao modal, a interpretação é deontica orientada para o participante, e, em (28), com operador de negação posposto ao modal, é epistêmica orientada para a proposição. Essa distinção pode se relacionar com o que Silva-Corvalán (1995) verifica na expressão de possibilidade epistêmica e de raiz, com *poder* espanhol. A *possibilidade epistêmica* tem apenas *p* (proposição) em seu escopo, enquanto a *possibilidade de raiz* tem *p* e *m* (modalidade). A diferença tem consequências para o escopo da negação, de modo que a negação, em uma sentença com sentido epistêmico, afeta *p* (negação no principal), como (28) – *pode não ter sido* –, enquanto a negação, em uma sentença com sentido de raiz, afeta *m* e *p* (negação no modal), como (27) – *Não podemos precipitar as coisas*.

Considerações finais

Comprometido com uma orientação funcionalista, mas sem filiação rígida a nenhum modelo teórico, o artigo examinou contextos de usos do verbo modal *poder*. Utilizou-se a classificação das modalidades proposta por Hengeveld (2004), em que dois parâmetros se cruzam, o alvo (orientada para

o participante, orientada para o evento e orientada para a proposição), e o domínio (facultativa, deôntica, volitiva, epistêmica e evidencial) da avaliação modal. No *corpus* da pesquisa, composto por textos dialogais de fala e de escrita, localizaram-se usos de *poder* com leitura facultativa, orientada para o participante e orientada para o evento, deôntica, orientada para o participante e orientada para o evento, e epistêmica, orientada para o evento e orientada para a proposição.

Assumiu-se que os modais devem ser analisados em uma perspectiva monossemântica, em que diferentes fatores contextuais entram em jogo na composição dos valores modais, podendo tais variáveis ser compreendidas como direcionadoras da interpretação modal. Assim, por exemplo, *poder*, em uma ocorrência como “Pai pode ser qualquer um” não tem leitura deôntica, afinal esse domínio modal envolve controle sobre as predicções que, nesse enunciado, não há.

O interesse do estudo recaiu sobre a verificação de tendências, de padrões de comportamento linguístico de *poder* em diferentes valores. Discutiram-se os seguintes aspectos: tipo de predicado, controle sobre a predicção, agentividade, flexões morfológicas do modal e tipo frasal.

Em relação aos aspectos semânticos, notou-se clara distinção entre os usos facultativos e os deônticos, de um lado, e os epistêmicos, de outro. Os predicados de ação, os sujeitos com os traços [+] animado e [+] controle ligam-se mais fortemente aos usos facultativos e, particularmente, aos usos deônticos. Os predicados de estado, os sujeitos com os traços [-] controle e [-] animado apresentam frequências mais significativas entre os usos epistêmicos, principalmente os orientados para a proposição.

Entre os fatores formais discutidos, está a flexão modo-temporal. Verificou-se que a flexão modo-temporal predominante com todos os valores modais de *poder* é o presente do indicativo, que tende a ter orientação futura, quando a leitura é deôntica, e orientação presente, quando a leitura é

epistêmica. O domínio deôntico é o que exibe o percentual mais elevado no presente do indicativo, e o facultativo é o que apresenta a menor frequência. Nas leituras epistêmicas orientadas para a proposição chamaram a atenção os percentuais significativos de formas de pretérito imperfeito do indicativo (com orientação de tempo não passado) e de futuro do pretérito do indicativo, expedientes para registrar menor comprometimento do enunciador.

No exame das pessoas do discurso identificaram-se, também, tendências: os deônticos orientados para o participante concentram-se na primeira e na segunda pessoas, no eixo do discurso, portanto; os deônticos orientados para o evento, assim como os epistêmicos orientados para a proposição, estão, na grande maioria das ocorrências, na terceira pessoa; os epistêmicos orientados para o evento apresentam percentuais significativos de *você*, com referência genérica, segunda pessoa; e os facultativos, orientados para o participante e para o evento, concentram-se mais na primeira e na terceira pessoas.

O terceiro aspecto formal investigado foi o tipo frasal. O exame revelou que a asserção afirmativa é predominante com todos os valores modais, tendo os maiores índices entre os usos facultativos e os epistêmicos. Percentual mais baixo de asserção afirmativa é encontrado entre os deônticos, que se distribuem mais em outros tipos frasais, como entre as asserções negativas, por exemplo.

Os fatores examinados, embora restritos ao domínio da frase, podem ser compreendidos como pistas de interpretação, como fatores intervenientes na composição de diferentes valores, conforme mostram as análises. Entretanto, nenhum desses aspectos tem caráter decisivo para a interpretação do modal, afinal é sabido que a interpretação modal, muitas vezes, se resolve fora do âmbito da frase, no contexto maior (NEVES, 2000b). É a intersubjetividade que se cria numa determinada situação de fala que determina os rumos do discurso e os significados que dele emergem.

SOUZA, Cibele Naidhig de. An analysis of occurrences contexts of ‘*poder*’ in interactive texts. **Revista do GEL**, v. 12, n. 2, p. 192-224, 2015.

ABSTRACT: *This study examines the polysemy of the modal verb ‘poder’ under a functionalist approach. We assume that the semantic diversity of modal verbs is the result of the interaction with different elements in their occurrence contexts and we seek to verify intervening factors in the composition of different contextual meanings of the modal verb ‘poder’. Based on the classification of the modalities by Hengeveld (2004), in which two variables intersect, the domain of the evaluation of a modal distinction (facultative, deontic, volitive, epistemic and evidential) and the target of the evaluation of a modal distinction (participant-oriented modality, event-oriented modality and proposition-oriented modality), we analyze purely interactive texts in contemporary Brazilian Portuguese, including oral speech transcriptions (D2 of NURC) and writing texts (plays), from three regions – São Paulo, Rio de Janeiro and the Northeast (Salvador and Recife). The analysis of semantic aspects (type of predicate, control of subject over the predicate and agentivity) and formal aspects (morphological forms of the modal verb and phrasal type) reveals trends, linguistic behavior patterns in different modal values identified.*

KEYWORDS: *Modality. Modal verb. Poder. Functionalism.*

Referências

BYBEE, J. et al. **The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world.** Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CARRASCOSSI, C. N. S. **Gramaticalização e (inter)subjetivização na modalização em português: um estudo de pode ser.** 170f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

_____. **A interpretação dos verbos modais poder e dever na língua portuguesa.** 144f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2003.

COATES, J. **The semantics of the modal auxiliaries**. London: CroomHelm, 1983.

COSTA, M. C. R. **Modalidade e gramaticalização: estratégias discursivas na fala carioca**. 1995. 203 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DIK, S.C. **The theory of functional grammar**. Part 1: The Structure of the Clause. Dordrecht- Holland: Foris Publications, 1989.

HEINE, B. Agent Oriented vs. Epistemic Modality. Some Observations on German Modals. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Ed.) **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 17-54.

HENGEVELD, K. Illocution, Mood and Modality. In: BOOIJ, G., LEHMANN, C., MUGDAN, J. (Ed.). **Morphology: a handbook on Inflection and Word Formation**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. v. 2, p. 1190-1201.

_____. The grammaticalization of tense and aspect. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Ed.) **The handbook of grammaticalization**. New York: Oxford University Press, 2011. p. 577-591.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KLINGE, A. The impact of context on modal meaning in English and Danish. **Nordic Journal of Linguistics**, v. 19, p. 35-34, 1996.

LOBATO, L.M.P. A pretensa ambigüidade dos modais portugueses e a teoria das relações temáticas. **Boletim do curso de pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa**, ano 1, n. 1, p. 147-211, 1984. (Estudos de Semântica Aplicada ao Português)

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MESQUITA, E. M. C. **A modalidade deôntica**: um estudo na língua escrita contemporânea do Brasil. 1999. 147 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara.

NEVES, M. H. M. Linguística funcional: princípios, temas, objetos e conexões. **Guavira Letras**, Três Lagoas-MS, v. 13, n. 1, p. 23-38, 2011.

_____. A modalidade. In: KOCH, I.G.V. (Org.) **Gramática do português falado**. v. VI. Desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 171-208.

_____. A modalidade: um estudo de base funcionalista na língua portuguesa. **Revista Portuguesa de Filologia**, Coimbra, Portugal, v. 23, p. 97-123, 2000a.

_____. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambigüidades. **Alfa**, São Paulo, v. 44, p. 115-145, 2000b.

PERKINS, M.R. The Core Meanings of the English Modals. **Journal of Linguistic**, v. 18, p. 245-273, 1982.

PONTES, E. **Verbos auxiliares em português**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SILVA-CORVALÁN, C. Contextual Conditions for the interpretation of poder and deber in Spanish. In: BYBEE, J.; FLEICHMAN, S. **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 67-106.

SWEETSER, E. E. Modality. In: _____. **From etymology to pragmatics**: metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: University Press. 1990.

TRAUGOTT, E.C. On rise epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. **Language**, v. 65, n.1, p. 31-55, 1989.

TRAUGOTT, E.C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Abreviações das obras citadas

AC – *Auto da compadecida*. SUASSUNA, A. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

DO – *Dois perdidos numa noite suja*. MARCOS, P. São Paulo: Global, 1979.

DZ – *Domingo Zeppelin*. MORAES, V. Ed. MEC. V.II.

GE – *Grande estiagem*. GONDINI, Filho, I. Rio de Janeiro: Dramas e Comédias, 1955.

OSA – *O santo inquérito*. GOMES, D. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1966.

RC – *Rasga coração*. FILHO, O.V. Rio de Janeiro: MEC, SEAC, Funarte, 1980.

SO – *Sonho de uma noite de velório*. COSTA, O.R. Rio de Janeiro: Funarte, 1976.

SOR – *O sorriso de pedra*. BLOCK, P. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

US – *Um sábado em 30*. MARINHO, L. Revista de Teatro (Rio de Janeiro), 453, 1963.